

---

## O MST NA GESTÃO DA ESCOLA ITINERANTE INSTITUCIONALIZADA PELO ESTADO NO PARANÁ

## EI MST EN LA GESTIÓN DE LA ESCUELA ITINERANTE INSTITUCIONALIZADA POR EL ESTADO EN PARANÁ

## THE MST IN THE MANAGEMENT OF THE INSTITUTIONALIZED STUDY SCHOOL BY THE STATE IN PARANÁ

Vanderlei Amboni<sup>1</sup>

Natieli da Silva Celestino<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo reflete sobre a gestão institucionalizada da escola itinerante nos acampamentos do MST. Na origem dessa escola está a preocupação dos acampados com a escolarização das crianças e jovens, cuja família se faz presente nos acampamentos. A denominada “escola itinerante” é uma escola institucionalizada como escola pública no território do Movimento. A gestão escolar é materializada dentro dos princípios organizacionais do MST, cuja centralidade é a gestão democrática. Dessa forma, o objeto do presente trabalho traz o MST como sujeito da gestão da Escola Itinerante no Paraná, tendo como base operacional uma escola-base, que centraliza a documentação escolar de todas as escolas itinerantes. As análises indicam uma forma de gestão que se orienta pelo princípio de auto-organização, formação de coletivos, núcleos de base e coordenações com respaldo das famílias em assembleias dos acampados.

**Palavras-chave:** MST; Ocupação; Escola Itinerante; Gestão escolar.

**Resumen:** Este artículo reflexiona sobre la gestión institucionalizada de la escuela itinerante en los campamentos del MST. En el origen de esa escuela está la preocupación de los acampados con la escolarización de los niños y jóvenes, cuya familia se hace presente en los campamentos. La denominada "escuela itinerante" es una escuela institucionalizada como escuela pública en el territorio del Movimiento. La gestión escolar se materializa dentro de los principios organizacionales del MST, cuya centralidad es la gestión democrática. De esta forma, el objeto del presente trabajo trae el MST como sujeto de la gestión de la Escuela Itinerante en el Paraná, teniendo como base operacional una escuela base, que centraliza la documentación escolar de todas las escuelas itinerantes. Los análisis indican una forma de gestión que se orienta por el principio de auto-organización, formación de colectivos, núcleos de base y coordinaciones con respaldo de las familias en asambleas de los acampados.

**Palabras clave:** MST; Ocupación; Escuela Itinerante; Gestión escolar.

**Abstract:** This article reflects on the institutionalized management of the itinerant school in the MST camps. At the origin of this school is the concern of those camped with the schooling of children and young people, whose family is present in the camps. The so-called "traveling school" is a school institutionalized as a public school in the territory of the Movement. School management is materialized within the organizational principles of the MST, whose centrality is democratic management. In this way, the object of the present work brings the MST as subject of the management of the Itinerant School in Paraná, having as base operational a base school, that centralizes the school documentation of all the itinerant schools. The analyzes indicate a form of management that is guided by the principle of self-organization, formation of collectives, core groups and coordinations with the support of families in camped assemblies.

**Keywords:** MST; Occupation; Traveling School; School management.

## Introdução

Partimos de uma premissa básica do marxismo, sob a qual “homens e mulheres fazem sua própria história”, mas eles “não a fazem livres de qualquer limitação material e com uma série ilimitada de possibilidades. “Eles a fazem” sob determinadas circunstâncias e o “processo histórico concreto depende, em primeiro lugar, do resultado de suas lutas (‘fator subjetivo da história’), sendo “subordinados’ por uma série de fatores históricos e sociais sobre os quais não tem controle direto (‘os fatores objetivos da história’). Mas essa ‘sobredeterminação’ nunca é de tal forma que abre apenas uma única possibilidade histórica” (MANDEL, 2001, p. 34). O campo da história é a materialidade das lutas de classes, na qual os homens escrevem a história com letras indeléveis de sangue nas sociedades de classes. Portanto, comer, beber, vestir-se, ter um teto para se abrigar é parte constitutiva da existência do homem por ter-se “afastado da barreira natural”, tendo que produzir pelo trabalho sua própria reprodução humano-social, que é condição *sine qua non* para fazer sua própria história e eles a fazem na diversidade da vida. Nesta perspectiva, o MST sustenta que “a escola não pode ter uma finalidade em si mesma”, pois “ela sempre reflete seu tempo e por isso deve se colocar a serviço das necessidades concretas do grupo social que a está usando e fazendo”. Dessa forma, “deve instrumentalizar para a ação imediata e preparar para a construção do futuro”. Portanto, o MST sustenta que o “grande objetivo da escola deve ser a de educar sujeitos para a transformação da realidade atual” (MST, 1992, p. 04).

Diante do exposto, a escola para o MST, além do processo de escolarização universal, deve cumprir com um ato político, cuja centralidade é a formação de quadros, sob a qual desenvolve os princípios filosóficos e pedagógicos, que é peculiar às formas de sua organização educacional. A escola, portanto, está no horizonte das lutas do MST e coloca no plano das lutas a ocupação da escola pública, quer sejam para as áreas de assentamento, quer sejam em territórios de ocupação. A escola do MST no nosso plano de estudo é a escola itinerante<sup>3</sup> nos marcos da educação pública no Paraná. Na exposição do objeto faremos referência à escola itinerante no espaço do acampamento do MST, a escola que se faz na luta da reforma agrária.

O foco deste trabalho é a escola itinerante no acampamento do MST. Não é uma escola qualquer, é uma escola com base social, uma escola que forma os sujeitos para “defender-se como classe”, que possui princípios filosóficos e diretrizes pedagógicas e são alicerçadas nas ações do movimento e no trabalho do campo, conforme veremos nas páginas seguintes.

## *O MST na ocupação da escola e conquista da Escola Itinerante no Paraná*

No processo de ocupação do latifúndio está presente a família e, com ela, os problemas de escolarização dos filhos. Como não há imobilidade na vida humano-material, as lutas e mobilizações sociais são perenes na conquista de objetivos. Nesta relação traz a experiência de vida como eixo norteador do processo pedagógico conforme argumenta Arroyo, pois “os processos educativos passam pelo conjunto de experiências, de vivências que o ser humano tem ao longo de sua vida. E a experiência que nos marca a todos é a experiência do trabalho, da produção, o ato produtivo que nos produz como

peessoas” (ARROYO, 2004, p. 76). Neste campo, Thompson parte da premissa que “as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas com ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário”, elas experimentam sua existência material também como sentimento e “lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas” e esta forma de agir “pode ser descrita como consciência afetiva e moral” (THOMPSON, 1981, p. 189).

Na ocupação da escola, o Movimento conquista a Escola Itinerante no Paraná por meio do Parecer nº 1012/2003 – CEE, de 08/12/2013, que autorizou sua implantação e funcionamento. No Parecer do CEE-PR, a justificativa está assim redigida:

Na ‘Exposição de Motivos’ (fls. 15) informa-se que existem 67 acampamentos com aproximadamente 13 mil famílias e grande contingente de crianças, em sua maioria sem possibilidade de freqüência à escola. As escolas municipais não dispõem de infraestrutura ou recursos para atender, de forma muitas vezes inopinada, um grande conglomerado populacional. Para garantir a essas crianças o direito à educação, o Governo do Estado propõe a implantação da ‘Escola Itinerante’ nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Paraná (PARANÁ, 2003, p. 01).

Neste processo, o Estado assume a responsabilidade social para com as escolas nos acampamentos do MST e, com isso, assegurar o direito das crianças ao processo de escolaridade pela rede estadual de educação.

A Escola Itinerante cumpre com três funções sociais: escolarizar, formar militante e forjar o homem novo. Escolarizar, porque a sociedade valoriza os títulos e não o conhecimento; formar militante, pois a luta por reforma agrária exige conhecimento, posicionamento político e ações conscientes; forjar o novo homem, forjar um ser coletivo, com base formativa na omnilateralidade, que aprenda a coordenar e ser coordenado para o processo produtivo, portanto, um ser formado sob as premissas do trabalho/educação, cujo alicerce está centrado na democracia de grupo e na participação direta nas instâncias de poder, quer sejam localizadas nos acampamentos, quer sejam nos espaços de gestão da escola. Nosso foco é a gestão da escola, por isso, a escolaridade e a formação de militantes não será explorada de forma consistente.

Na Escola Itinerante, a gestão da escola é um princípio de gestão da vida. Os acampados, tendo em vista o sentido da provisoriidade, buscam romper com o individualismo e colocam a coletividade em primeiro plano. Isto é, passam a viver uma vida coletiva, com uma gestão democrática, onde os valores individuais são suplantados pela vida coletiva e isto significa que novos valores humanos passa a fazer parte da vida dos acampados. A escola, neste caso, integra a formação direta da cidadania coletiva em detrimento da defesa dos interesses individuais. Se a vida é coletiva, o MST consagra os interesses coletivos na defesa da reforma agrária e isto se materializa também no processo formativo, que leva em consideração o movimento da luta por formação e por reforma agrária como um todo integrado. Este processo, portanto, só pode ser coletivo.

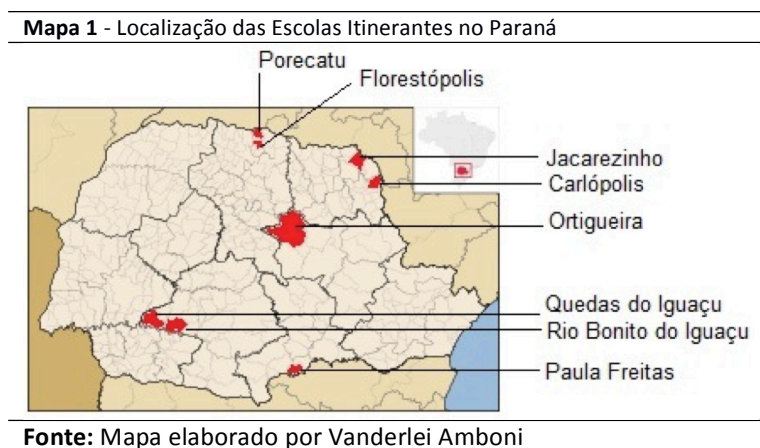
A Tabela 1 mostra o atual quadro das escolas itinerantes no Estado do Paraná.

<b>Quadro: Escolas Itinerantes no Paraná – 2017</b>						
<b>ESCOLA ITINERANTE</b>	<b>ACAMPAMENTO OU PRÉ-ASSENTAMENTO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>EI</b>	<b>AIEF</b>	<b>AFEFE</b>	<b>EM</b>
Caminhos do Saber	Maila Sabrina	Ortigueira	X	X	X	X
Valmir Motta de Oliveira	Companheiro Keno	Jacarezinho	X	X	X	X
Carlos Marighella	Elias Gonçalves de Meura	Carlópolis	X	X	X	X
Herdeiros da Luta de Porecatu	Herdeiros da Luta de Porecatu	Porecatu	X	X	X	X
Semeando Saber	Zilda Arns	Florestópolis	X	X	X	X
Paulo Freire	Reduto de Caraguatá	Paula Freitas	X	X	X	X
Herdeiros da Terra	Herdeiros da Terra de 1º de Maio	Rio Bonito do Iguaçu	X	X	X	X
Herdeiros da Terra II	Herdeiros da Terra de 1º de Maio	Rio Bonito do	X	X	-	-
Herdeiros da Terra III	Herdeiros da Terra de 1º de Maio	Rio Bonito do Iguaçu	X	X	-	-
Herdeiros da Terra IV	Herdeiros da Terra de 1º de Maio	Rio Bonito do Iguaçu	X	X	-	-
Vagner Lopes I	Dom Thomas Balduino	Quedas do Iguaçu	X	X	X	X
Vagner Lopes II	Vilmar Bordin	Quedas do Iguaçu	X	X	-	-

**Legenda:** EI – Educação Infantil; AIEF – Anos Iniciais do Ensino Fundamental; AFEFE – Anos Finais do Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio

**Fonte:** Quadro elaborado por Natieli da Silva Celestino e Vanderlei Amboni

No Mapa 1, pode-se localizar geograficamente as escolas itinerantes existentes no ano de 2017



No mapa vê-se a existência de escolas itinerantes no norte, nordeste, sudoeste, sul e central do Paraná. Na tabela que apresentamos acima, constata-se uma forte presença da escola itinerante no sudoeste, onde a luta por reforma agrária é mais intensa.

Na luta por educação, o MST sustenta que a cabe à classe trabalhadora pensar e organizar a escola que formará seus filhos. Por isso que “a gestão escolar é autônoma, uma vez que o Estado entra com o investimento mas não organiza o modelo. A escola itinerante hoje é a que mais contraria a lógica capitalista, pela liberdade de poder construí-la”, afirma Camini” (MST, 2006).

Não é a escola do governo, nem por ele dirigida. Conduzida pelo povo organizado, a Escola Itinerante caminha por outros rumos, os rumos da resistência, da rebeldia que ocupam os latifúndios, organizam o povo, fazem a reforma agrária e produzem poesia.

Uma escola teimosa, dirigida pela teimosia lucida dos trabalhadores Sem Terra, que exigem que o governo a financie, o que a muitos desagrada (CAMINI; GEHRKE, 2008, p. 72).

Porém em muitos momentos as condições mínimas de funcionamento não são garantidas, e o que deveria ser um direito reconhecido fica à mercê de orçamentos sucateados e falta de recurso. “Isabela Camini, do setor nacional de Educação do MST, denuncia que nem sempre os governos estaduais cumprem seus deveres e, com isso, os acampamentos têm que se virar sozinhos debaixo das lonas pretas para manter a escola” (MST, 2006). Contudo, são nesses momentos que a comunidade se fortalece faz a luta.

### *Organização e gestão pedagógica da Escola Itinerante no Paraná*

O espaço da Escola Itinerante é um território pedagógico, assim como é a sociedade. No território escolar há espaços para o exercício de gestão da escola, cuja centralidade é a democracia. Na perspectiva do MST (1992), a direção é coletiva porque as decisões sobre a estruturação e o funcionamento da escola devem ser tomadas por um coletivo que represente o Acampamento/Assentamento como um todo, com participação real dos envolvidos no interior dos espaços de gestão, dentro a organização racional de competência de cada coletivo. Assim, a gestão da escola se faz nos coletivos, ou seja, nas partes, e seus resultados aparecem como totalidade, como concreto pensado. Neste processo, DAL RI; VIEITEZ sustentam que

A organização e a gestão da escola são elementos fundamentais de qualquer sistema ou unidade de ensino, pois, dependendo de como elas se processam, a vivência na escola pode ser democrática ou não. Para vivenciar a democracia, o MST propõe para as suas escolas a gestão democrática, a auto-organização dos alunos e o coletivismo (DAL RI; VIEITEZ, 2010, p. 61).

Seria muito contraditório ter a proposta do Movimento para a formação da autonomia e da coletividade se a organização escolar não viesse de encontro a esse propósito. A escola do capitalismo tem sua estrutura engessada e hierarquizada e serve ao propósito de reprodução da ordem social capitalista, cuja máxima é a extração da mais-valia. A contrapelo da escola capitalista, o MST (2006) possui autonomia pedagógica nas escolas de acampamentos e assentamentos, e mais propriamente nas escolas itinerantes, pois possui uma escola-base que legitima a proposta da linha pedagógica, que é elaborada pela escola-base, mas pode ser modificada de acordo com a situação de cada acampamento.

É muito claro que “Para o MST, pensar a educação no e do campo é pensar em um processo de humanização e de resgate da dignidade. A escola do campo não deve ser ignorada e marginalizada, como é a lógica implementada em grande parte do país” (MST, 2006). Essa educação diferenciada está não somente na organização e no poder de decisão ampliado, sendo este o grande objetivo da gestão democrática, mas também o princípio de divisão de tarefas, uma vez que assumir tarefas dentro na organicidade é tão importante quanto a decisão coletiva. Para o MST (2006), “Ela tem que ser uma educação inovadora, que contribua para que os trabalhadores e as trabalhadoras do campo se apropriem da sua história, tornando-se sujeitos com consciência e capacidade de transformar a realidade social onde

vivem”. E o principal que se explicita é que a própria vivência do Movimento ensinou a escola essas novas relações. Foi o meio educativo presente no Movimento que contribuiu com as reflexões de novos valores mais humanos e socialistas de uma nova sociedade. Nesta perspectiva, para o MST “trata-se de uma educação dos e não para os que vivem no campo, combinando o estudo com trabalho, cultura e organização coletiva, cooperação agrícola e solidariedade com os trabalhadores urbanos, ou seja, uma educação que recupere valores socialistas” (MST, 2006). Para o movimento, isso é possível quando rompermos a cerca do latifúndio, rompermos a cerca da ignorância e do capital e, com isso, construir ali um novo futuro, mais fraterno e humano.

A relação com o acampamento é o vínculo mais fecundo de uma escola itinerante, é a razão pela qual se constitui seu compromisso com as famílias sem-terra. A vida do acampamento perpassa a escola. Dessa forma todos os sujeitos assumem um grande papel na condução desse processo. Compreender a relação que o MST estabelece com suas escolas de assentamento e acampamento permite conhecer quais as bases que fundamentam sua proposta pedagógica, uma vez que é a partir da realidade do movimento e da sua organização que parte a compreensão da sua proposta de educação.

A organização e a gestão da escola são elementos fundamentais de qualquer sistema ou unidade de ensino, pois, dependendo de como elas se processam, a vivência na escola pode ser democrática ou não. Para vivenciar a democracia, o MST propõe para as suas escolas a gestão democrática, a auto-organização dos alunos e o coletivismo (DAL RI; VIEITEZ, 2010, p. 61).

Na experiência das Escolas Itinerantes do Paraná a gestão se organiza por coletivo pedagógico e coletivo de educadores; da comunidade, por meio do Setor de Educação; e dos(as) estudantes, por meio dos Núcleos Setoriais. Essa organização parte do princípio do MST da Direção Coletiva.

A direção coletiva de cada processo pedagógico implica a participação efetiva da comunidade na gestão da escola, bem como a relação desta com o conjunto de escolas ligadas ao Movimento e sua subordinação crítica e ativa aos seus princípios (MST, 1996). Segundo o MST (1999: 9), a direção coletiva é uma forma de garantir a participação de todas as pessoas na tomada de decisões, de dividirem-se as tarefas e as funções de acordo com as qualidades e as aptidões pessoais e, também, de superação do paternalismo e do presidencialismo (DAL RI; VIEITEZ, 2010, p. 61).

Temos a integração de sujeitos que já faziam parte da dinâmica escolar e assumem um significado diferente pela forma como o Movimento compreende o papel de educador, de comunidade e de educando. O educador não se restringe apenas à sala de aula. Todos que atuam na escola são educadores e formam o coletivo de educadores e sua formação se realiza também neste coletivo, pois sabem que o educador “[...] precisa se educar continuamente, e faz isso por meio da reflexão sobre a prática, do estudo, do planejamento coletivo das atividades de sua turma, da escola” (MST, 2009b, p. 37).

Dessa forma, procura romper com a lógica da seriação e da gestão vertical para criar espaços de participação e aprendizagem democráticas são necessárias. Nesta perspectiva, uma prática de gestão democratizada que acontece nas escolas do movimento são as coordenações de turma definidas pela indicação de educandos (um menino e uma menina) e educadores para essa coordenação. Assim todas as formas de organização, discussão e encaminhamento ocorrem na organização da turma da seguinte forma:

Núcleos de Base ou Grupos de Atividades que consistem num coletivo de 5 a 10

educandos, a depender do número em cada turma. Cada núcleo possui um coordenador e coordenadora que assumem essa responsabilidade por determinado período. É interessante que durante o ano, todos possam assumir essa tarefa em seu grupo, para ir rompendo com práticas autoritárias. Organizam-se para fazer um trabalho escolar em grupo, para discutir as místicas, a estrutura da escola, avaliar os educadores, a participação dos pais e acampados na escola, enfim, tudo que diz respeito à escola e à vida destes educandos. [...] (MST, 2009b, p. 35).

Essa proposta propõe a construção da vida escolar por meio da participação ativa e democrática dos estudantes e da comunidade, e chegar a formas cada vez mais coletivas de gestão e de organização do trabalho da escola. Nessa organização temos os núcleos setoriais, a comissão executiva da assembleia e a assembleia como instâncias de participação, decisão e ação.

Os núcleos setoriais são células organizativas da Escola Itinerante, constituem-se espaços dos educandos exercitarem a auto-organização e o trabalho real. Essas duas terminologias ‘núcleo’ e ‘setorial’ têm origem na estrutura organizativa do MST, que concebe o “núcleo de base” como uma célula organizativa do movimento em cada assentamento/ acampamento. Os núcleos de base são geralmente formados por 7 a 10 famílias, representadas por um coordenador e uma coordenadora, podemos também chamá-lo de espaço de decisões da organização local. A terminologia ‘setorial’ referencia-se nos setores do movimento, que assumem um conjunto de tarefas da organização, sendo eles: produção, saúde e gênero, comunicação e cultura, finança, formação, frente de massa e educação (MARIANO, KNOPF, 215, p. 644).

Percebe-se que o núcleo setorial não é algo tão novo, pois está na própria organicidade do Movimento. Nesse momento a referência não é mais de qual turma/ano/seriação o educando é, e sim a qual núcleo setorial pertence. Neste processo, Mariano e Knopf apontam que “[...] Os Núcleos Setoriais agrupam estudantes das diferentes turmas e neste espaço/tempo articulam ações práticas específicas da função de cada núcleo e possíveis trabalhos demandados pela articulação de determinada porção da realidade em execução. [...]” (MARIANO, KNOPF, 215, p. 643), pois “os Núcleos Setoriais são organizados com reagrupamento horizontal de várias idades e ano, durante o turno ou contra turno escolar” (MARIANO, KNOPF, 215, p. 644). Diante disso, podemos inferir que a variação de idades nos grupos setoriais proporcionam uma experiência muito mais rica, tanto para os educandos maiores; quanto para os educandos menores, pois proporcionará o exercício do princípio de auto-organização, trabalho relacionado à aprendizagem das aulas, além da convivência respeitosa entre as diferentes idades. Para esse fim “A quantidade de núcleos setoriais é determinada pelos principais aspectos da vida, que a escola identifica que necessitam da intervenção real dos estudantes e por isso necessita organizar um certo número de núcleos encarregados destes aspectos” (MARIANO, KNOPF, 215, p. 644). A partir da realidade e da necessidade de cada escola poderá ser feita a indicação de quais núcleos setoriais funcionarão (memória, comunicação, apoio ao ensino, embelezamento, agrícola, saúde e bem-estar, finança e infraestrutura). Essa estrutura organizativa é o jeito que o MST tem de organizar a gestão da escola, pois “[...] engloba a organização e as relações entre as instâncias que devem ser planejadas e acompanhadas como parte do processo pedagógico, [...]” (MARIANO, KNOPF, 215, p. 642).

Assim como no próprio Movimento, que possui o princípio da Direção Coletiva, e um dos métodos é a troca de tempo em tempo dessas pessoas de suas tarefas, na organização dos Núcleos Setoriais não é diferente. Mariano e Knopf apontam que “Os coordenadores dos Núcleos devem ser

trocados de tempo em tempo, para que todos aprendam a coordenar e ser coordenados, garantindo assim a participação efetiva de todos em processos coletivos e complexos na escola” (MARIANO, KNOFF, 215, p. 643). Isso garante a participação política efetiva dos estudantes e torna o processo mais democrático.

Os educandos coordenadores dos núcleos setoriais, juntamente com as representações das demais instâncias da administração escolar (coletivo de educadores, coordenação pedagógica, direção) e da comunidade (organização, setor de educação, APMF, quando há), se reúnem e se tornam uma Comissão Executiva, que tem a tarefa de discutir os aspectos da vida escolar. Porém na forma de gestão que o MST propõe, a gestão não é apenas representativa, e sim participativa. A instância da Comissão reúne representações dos diferentes segmentos da escola em momentos para a discussão dos encaminhamentos importantes da escola e procede com toda a preparação do momento da Assembleia Escolar.

Todos os aspectos discutidos na Comissão Executiva são decididos na instância da assembleia. “[...] ela é a instância máxima da escola e pode acontecer no início e no final de cada semestre, com participação dos educandos, educadores e funcionários”. Nesse sentido, a assembleia é o acontecimento mais importante da gestão escolar, onde todos os sujeitos que vivenciam o espaço escolar decidem coletivamente. “Na assembleia são socializados encaminhamentos que movimentam a escola, articulando o trabalho específico dos núcleos setoriais, o ensino e a gestão da escola com ações que envolvem a comunidade” (MARIANO, KNOFF, 215, p. 643).

No MST, a assembleia tem o caráter decisório, como instância de aprovação final das discussões realizadas nos Núcleos de Base e coordenações/direções do local, dessa forma, todas as decisões que envolvem a vida do local e necessitam da aprovação de todos necessita de uma assembleia. Não é fazer assembleia para tudo e toda a situação, pois se fosse assim as instâncias, setores e equipes de trabalho não teriam funcionalidade e o princípio da direção coletiva ficaria fragilizado.

Dessa forma, a coordenação executiva da escola é composta pelos coordenadores dos núcleos setoriais, que são responsáveis por zelar e executar as decisões coletivas que tomadas em assembleia. Desde as formas mais simples de organização, como exemplo, as tarefas dos educandos para limpeza das salas, a participação nos tempos educativos nos Núcleos Setoriais e nas Assembleias. Estes são momentos para exercitar a participação direta e o cultivo de valores como a responsabilidade pelo coletivo e o compromisso com as tarefas. E o foco maior é retirar o poder centralizado que a escola traz em sua forma hierárquica e democratizar voz e vez a todos. Por isso, a proposta de gestão por meio dos núcleos setoriais, da comissão executiva e da assembleia ainda são desafios diários no cotidiano da Escola Itinerante.

### *Considerações finais*

A escola pública institucionalizada no acampamento do MST é a materialização de uma utopia e uma emulação à luta por reforma agrária. Pacientemente a vida no acampamento segue sua rotina de trabalho e de organização social, pois produzir a vida humano-material é um ato necessário à reprodução



do homem de forma imediata, cuja necessidade é imposta pelo ato de comer, beber, vestir-se e abrigar-se de forma contínua e perene. Um ato imposto ao homem quando este, na luta pela vida, se afastou da barreira natural e necessita produzir os meios que garantam sua reprodução humana. Os meios primários para obtenção do necessário à vida é a posse da terra, ou seja, possuir a terra para plantar, colher, alimentar-se como ato humano. A terra ocupada traz, portanto, um determinado modo de produção da vida social realizado na vida de forma precária, mas coletiva dos acampados.

Desde seu nascimento, o Brasil possui uma terra concentrada, e traz as marcas das desigualdades e uma intensa luta de classes pela posse da terra, quer como território (indígena, quilombolas etc.), quer como propriedade (desconcentração da terra) via reforma agrária. Há, portanto, uma necessidade social de regulamentação da posse da terra em suas várias frentes de lutas, sem perder a dimensão da realidade histórico-social dos grupos sociais (sujeitos) que colocam em disputa o espaço territorial e sua natureza de luta. Dessa forma, há singularidades nas lutas de classes pela posse da terra, mas na luta por terra, trouxe um polo importante para o acolhimento familiar, que é a luta e conquista da escola na espera a reforma agrária (escola itinerante), que foi materializada pelo MST, uma escola sob seus interesses, uma escola para escolarizar e também formar seus quadros. Uma escola necessária para que os sujeitos em luta social possam se defender como classe social.

### *Referências bibliográficas*

- ARROYO, Miguel G; CALDART, Roseli S.; CASTAGNA, M. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BAHNIUK, Caroline; CAMINI, Isabela. Escola Itinerante. In **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- DAL RI, Neusa Maria. VIEITEZ, Candido Giraldez. **A educação do Movimento dos Sem-Terra**: Instituto de Educação Josué de Castro. Revista Educação e Sociedade. vol.25 no.89 Campinas Sept./Dec. 2004. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000400014>> Acesso em 08 jan. 2016.
- MANDEL, Ernest. **O lugar do marxismo na história**. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2001.
- MARIANO, Alessandro Santos; KNOPE, Jurema de Fatima. **A autogestão nas escolas itinerantes do MST Paraná**. V Seminário nacional interdisciplinar em experiências educativas. 20 a 22 de maio de 2015.
- MST. **Escolas Itinerante**. Secretaria Nacional do MST. 11/06/2016. In. <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=25644>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.
- MST. Ocupar, Resistir e Produzir também na educação. **Boletim de Educação** nº 01. Setor de Educação, Agosto de 1992.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos da Escola Itinerante**. Pesquisa sobre a Escola Itinerante: refletindo o movimento da escola. Ano II, nº 3, Curitiba, abril de 2009.
- \_\_\_\_\_. **Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001**. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Escolas itinerantes**. In. <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=2564429>.11.06. Acessado em 11 de dezembro de 2016.
- PARANÁ – CEE. **Parecer 1012/2003**, 2003.
- SAPÉLI, Esméria de Lourdes. A proposta pedagógica do M.S.T. para as Escolas dos assentamentos: a construção da escola necessária. In. **Ciências Humanas**, nº 8, UEPG, Ponta Grossa, 2000, pag. 19-30.

---

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

---

**Notas:**

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Paraná - Campus de Paranavaí. E-mail: [vamboni@hotmail.com](mailto:vamboni@hotmail.com)

<sup>2</sup> Educadora da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu. Email: [natielecelestino@gmail.com](mailto:natielecelestino@gmail.com)

<sup>3</sup> “As escolas itinerantes são escolas públicas que compõem a rede estadual de ensino e são aprovadas pelos Conselhos Estaduais de Educação. Por se movimentarem com a luta, têm de estar vinculadas legalmente a uma escola base que é responsável por sua vida funcional: matrícula, certificação, verbas, acompanhamento pedagógico etc. Geralmente, a escola base localiza-se em um assentamento do MST, referenciando-se no projeto educativo do Movimento” (BAHNIUK; CAMINI, 2012, p. 332). Elas “[...] se materializam, por vezes, em barracos de lona utilizados como salas de aula, mas também se fazem em outros espaços como na beira da estrada, nas marchas, nas ocupações de latifúndios e prédios públicos, e em outros tipos de mobilizações. Enfim, acompanhando o itinerário do acampamento. Estas escolas são escolas públicas da rede estadual de ensino, conquistadas por meio de pressões, mobilizações e financiadas pelo Estado” (MST, 2010, p.19).

Recebido em: 24/10/2017

Aprovado em: 25/12/2017